

OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF 44.673.382/0001-90 - NIRE 35.300.653.149

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Às 09h do dia 25/05/2026, na sede social da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de SP, SP, na Rua Franz Schubert, 33, Jd. Paulista, CEP 01454-020. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **André do Amaral Coutinho**, Secretária: Sra. **Carla Cristina Soares**. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de lucros da Companhia. **5. Deliberações:** Inicialmente o Presidente da Mesa certificou-se de que todas as acionistas presentes digitalmente estavam acompanhando o ato satisfatoriamente, e aptas a proferir seus votos e comentários mediante atuação remota. Assim, instalada a AGE, e em conformidade com a Ordem do Dia, as acionistas decidem, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar a distribuição dos lucros apurados no período entre **01/03/2026 e 30/04/2026**, conforme apurado no balanço da Companhia com data-base de 30/04/2026, no valor bruto total de **R\$ 33.277.094,57**, os quais serão pagos, a título de dividendos, às acionistas, de forma proporcional às suas participações no capital social da Companhia, conforme permitido nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social, de acordo com as orientações da Diretoria da Companhia; e (iii) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem os documentos e praticarem quaisquer atos que se façam necessários à distribuição deliberada acima, no prazo de até 90 dias a contar da presente data. **6. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata na forma de sumários. Reabertos os trabalhos, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos membros da mesa. Confere com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo, 25/05/2026. **Mesa: André do Amaral Coutinho** - Presidente da Mesa. **Carla Cristina Soares** - Secretária da Mesa. **JUCESP** -255.679/26-9, em 16/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ/MF nº 21.332.862/0001-91 – NIRE 35300540131

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 02 de julho de 2026, em primeira convocação às 11:00 horas, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, nos termos do Parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, na qual o mesmo quórum de instalação será exigido. Caso o quórum de instalação não seja observado em segunda convocação, será realizada uma terceira convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia. Se o quórum de instalação não for observado em terceira convocação, será realizada uma quarta convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, em sua sede social, nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 12º andar, Esclatório 1202, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01452-919 e fim de deliberar sobre a seguinte "ordem do dia": 1. Ratificar a renúncia do diretor sem designação específica, o Sr. Felipe Monteiro Feliciano, bem como as demais deliberações contidas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2026, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Jucesp") sob o nº 168.159/26-0 em sessão de 30 de março de 2026; 2. Ratificar a eleição do diretor sem designação específica, o Sr. Heltor Augusto Moraes do Monte ("Sr. Heltor"), bem como as demais deliberações contidas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de abril de 2026, a qual foi aprovada pelo Banco Central do Brasil através do Ofício 20853/2026-BCB/Deorf/IGTSP2 de 18 de maio de 2026; e 3. Ratificar todos os atos praticados pelo diretor Sr. Heltor a partir de 18 de maio de 2026 até a presente data. São Paulo, 22 de junho de 2026. Diretor Presidente: Fábio Antônio da Costa

Bee2Pay Travel Solutions S/A

CNPJ/MF nº 39.744.143/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Balanço Patrimonial			Demonstrações do Resultado		
	2025	2024		2025	2024
Ativo			Receita Operacional Líquida	14.193	9.236
Circulante	3.032	1.542	Custo dos Serviços Prestados	(12.757)	(7.979)
Não circulante	13.399	11.946	Lucro Bruto	1.436	1.256
Total do Ativo	16.431	13.488	Despesas Operacionais	(2.850)	(1.715)
Passivo e Patrimônio Líquido			Lucro antes do Resultado Financeiro		
Circulante	1.045	1.415	Financeiro	(1.141)	(458)
Não circulante	10.697	6.149	Resultado Financeiro	(429)	(244)
Patrimônio líquido	4.688	5.924	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(1.843)	(703)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	16.431	13.488	IRPJ e CSLL	608	147
			Lucro ou Prejuízo do Exercício	(1.235)	(556)
Notas Explicativas					
1. Contexto Operacional – A BEE2Pay Travel Solutions SA ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem por objeto social o Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e consultoria em tecnologia da informação. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.					
Melanie Wepeck Teixeira CPF nº 312.379.288-93 – Administradora					
Ocenildo Correa dos Santos Contador – CRC-ISP 318.693					

Hive Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 29.251.448/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
Balanço Patrimonial			Demonstrações do Resultado		
	2025	2024		2025	2024
Ativo			Receita Operacional Líquida	260.569	183.524
Circulante	6.733	30.770	Custo dos Serviços Prestados	(97.710)	(72.790)
Não circulante	121.882	110.628	Lucro Bruto	162.859	110.734
Total do Ativo	128.615	141.398	Despesas Operacionais	(3.563)	(2.412)
Passivo e Patrimônio Líquido			Lucro antes do Resultado Financeiro	159.296	107.892
Circulante	75.934	43.766	Financeiro	(1.831)	(5.619)
Não circulante	3.654	1.316	Resultado Financeiro	(425)	(244)
Patrimônio líquido	49.027	96.317	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	157.465	102.273
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	128.615	141.398	IRPJ e CSLL	26.421	(19.278)
			Lucro Líquido do Exercício	131.044	82.995
			Lucro por ação – R\$	1.263	905
Notas Explicativas					
1. Contexto Operacional – A Hive Participações Societárias S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior. 2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.					
Melanie Wepeck Teixeira CPF nº 312.379.288-93 – Administradora					
Ocenildo Correa dos Santos Contador – CRC-ISP 318.693					

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ 54.224.423/0001-14 - NIRE 35300069269

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Realizada no dia 25/04/2026

Aos 25/04/2026, às 8:00 horas, realizaram-se as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Pinhalense S/A Máquinas Agrícolas, as quais, para melhor acomodação dos senhores acionistas, foram realizadas na sede social da Associação Desportiva dos Funcionários da Pinhalense, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Dezesseis, s/n, Jardim Monte Alegre I, com o comparecimento de acionistas representando o quórum legal, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. Em cumprimento aos editais de convocação publicados no "Jornal O Dia SP" edições impressas, dos dias 09, 10 e 11/04/2026, páginas 4, 5 e 4 respectivamente, e no "Jornal O Dia SP", edições digitais/certificadas ICP/BRASIL, dos dias 09, 10 e 11/04/2026, página 2 – Código de Verificação 14C2-F8E4-9884-B00B, página 1 – Código de Verificação D401-E577-F768-E710, página 1 – Código de Verificação 9FAB-5DFB-E623-8231, respectivamente. Tendo sido indicado para Presidente das Assembleias o Sr. Carlos Henrique Jorge Brando, este convidou a mim Daniele Agostini Ribeiro, para Secretária, ficando assim legalmente instaladas as Assembleias. Declarando iniciado os trabalhos, o Sr. Presidente fez a leitura do Edital de Convocação, Relatório e Propostas da Diretoria, cujo teor é o seguinte: Ordem do Dia: 1 – **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2026, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio imputados como dividendos, calculados na forma de lei; 2 – **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) conforme descrito e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante ao capital social; (iii) proposta para remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2025. O Senhor Presidente comunicou aos presentes que estava de posse e que havia sido encaminhado aos Senhores Acionistas que solicitaram, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos a prestação de contas do exercício findo em 31.12.2025, publicados no "Jornal O Dia SP" edição impressa de 01/04/2026, página 5, e no "Jornal O Dia SP", edição digital/certificada ICP/BRASIL, do dia 01/04/2026, página 6 – Código de Verificação F9D-5857-4747-2471, arquivado na JUCESP, sob nº 176.674/26-3 em 06/04/2026. Com o comparecimento de acionistas representando 87,48% (oitenta e sete virgula quarenta e oito por cento) do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas, foram colocados em discussão os itens (i) e (ii), da ordem do dia da Assembleia Ordinária acima citada. Após apresentação do Diretor Financeiro João Paulo Cipolli Vargas, discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o item (i) Prestação de Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e ratificados todos os demais atos praticados, relativamente ao exercício findo em 31.12.2025. Com relação ao item (ii), distribuição no decorrer do ano de 2026, de Dividendos Obrigatórios e Juros sobre o Capital Próprio imputados como Dividendos, calculados na forma da lei, o Sr. Presidente solicita manifestação da Diretoria. Fazendo uso da palavra, o Diretor Financeiro João Paulo Cipolli Vargas, que explica a composição dos valores a serem distribuídos no ano de 2026. Os Dividendos Obrigatórios propostos na reunião de acionistas de 20/12/2025, no valor total de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais mil reais), como segue: Creditado a cada acionista em 31/12/2025 com o título de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei 9249/95, legislação e regulamentos pertinentes, o valor bruto de **R\$ 7.058.823,53** (sete milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), que deduzido do IRRF, tributado exclusivamente na fonte, no valor de **R\$ 1.058.823,53** (um milhão, cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e três centavos), o valor líquido de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais; O valor de **R\$ 6.000.000,00** (seis milhões de reais), a ser distribuído aos acionistas da seguinte forma: 13 (treze) parcelas mensais no valor de **R\$ 461.538,46** (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), sendo 4 (quatro) já pagas nos meses de janeiro a abril de 2026 e mais 9 (nove) a pagar no período de maio a dezembro de 2026, sendo 2 (duas) parcelas no mês de dezembro. Explica ainda, sobre a utilização de parte do saldo da conta de Reserva de Lucros para complementar os Dividendos Obrigatórios, no montante de **R\$ 500.000,00** (quinhentos mil reais), a ser distribuído aos acionistas em 2 (duas) parcelas mensais, no valor de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais) cada, com pagamentos previstos para os dias 20/05/2026 e 20/06/2026. Totalizando assim o valor de **R\$ 6.500.000,00** (seis milhões e quinhentos mil reais), integrando estes valores os dividendos distribuídos pela companhia para todos os efeitos legais, ou seja, 20,4% maior que no ano anterior. Comunica ainda, que foi transferido da conta de "Resultado do Exercício", a importância de **R\$ 921.715,96** (novecentos e vinte e um mil, setecentos e quinze reais e noventa e seis centavos), para formação da "Reserva Legal", em cumprimento à legislação e estatuto social vigente. Transferir para a conta de "Reserva de Retenções de Lucros", o saldo líquido da conta de "Lucros do Exercício". Foram colocados em discussão os itens (i), (ii) e (iii), da Ordem do dia da Assembleia Extraordinária acima citada, com o comparecimento de acionistas representando o quórum legal, de no mínimo 2/3, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas. O Sr. Presidente coloca em discussão o item (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros, passando para o valor de **R\$ 37.000.000,00** (trinta e sete milhões de reais). Colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade de votos, eleva o capital social da companhia de **R\$ 35.000.000,00** (trinta e cinco milhões de reais), para **R\$ 37.000.000,00** (trinta e sete milhões de reais), cujo aumento ora proposto de **R\$ 2.000.000,00** (dois milhões de reais), equivalente a 5,71%, seja integralizado mediante a utilização de parte do saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros. Item (ii) Aprovado por unanimidade de votos, alterar o Art. 5º, do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º - O Capital Social é de **R\$ 37.000.000,00** (trinta e sete milhões de reais), dividido em 37.000.000 (trinta e sete milhões) ações ordinárias e nominativas, no valor de **R\$ 1,00** (um real) cada uma, podendo ser emitidos títulos múltiplos ou cauletas que as representem, nos termos deste Estatuto Social. As novas ações decorrentes do aumento que ora propomos, serão divididas entre os acionistas como bonificação, na proporção das ações de que são os mesmos possuidores". Item (iii) Por unanimidade de votos dos Acionistas presentes, reajustar os Honorários da Diretoria, a partir de 01/06/2026, conforme Índice IPCA (IBGE) em 3,81% correspondente ao período de 03/2025 a 02/2026. Diretor Presidente: Demais Diretores. Na sequência, o Sr. Presidente submete à apreciação e votação a matéria relativa à remuneração variável, tendo sido aprovada por unanimidade, em conformidade com o Artigo 16, parágrafo único, a remuneração variável atribuída aos Diretores, referente ao desempenho no exercício de 2025, conforme proposta apresentada na Reunião de Acionistas realizada em 20/12/2025. Finalizando, o Sr. Presidente parabeniza a Diretoria pela evolução da empresa, oferece a palavra aos presentes. Como ninguém mais dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada as Assembleias, realizadas na forma lei, determinando a Senhora Secretária a lavratura da presente ata, que achada de acordo, consoante ao deliberado, vai assinada por mim Daniele Agostini Ribeiro, Secretária e pelo Sr. Carlos Henrique Jorge Brando, Presidente. Espírito Santo do Pinhal-SP 25/04/2026. **Carlos Henrique Jorge Brando** - Presidente, **Daniele Agostini Ribeiro** - Secretária. **Visto: Daniel Ribeiro de Almeida Verqueiro** - OAB/SP sob o nº 243.879. **JUCESP** nº 225.388/26-1 em 02/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



União Química
farmacêutica nacional S/A

Companhia Aberta

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 | NIRE 35.300.006.658

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 13 de Maio de 2026

Data, Hora e Local: Realizada em 13 de maio de 2026, às 14h, única e exclusivamente em ambiente virtual, por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"). **Convocação:** Realizada nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 19 do Regulamento Interno do Conselho de Administração. **Presenças:** Presente a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do art. 14º do Estatuto Social da Companhia. **Presenças, Absenças e Representação:** **Paula Melo Suzana Gomes** - Gerente de Contabilidade, **Roberto Dorsa Crestana** - CFO, **Vitor Leonardi Roselli** - Gerente de Planejamento Financeiro, **Thais Rodrigues Engels** - Gerente Jurídico Corporativo, **Luiza Andrade** - Coordenadora Governança Corporativa, e os Auditores Independentes da KPMG, **Fernando Rogério Liani** e **Lucas Ferreira Miziara**. **Composição da Mesa:** Presidida pela Sra. **Paula Melo Suzana Gomes** e secretariada pela Sra. **Luiza Andrade**. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) as Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 1º Trimestre/2026. **Deliberações:** Feitas as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram o quanto segue: (i) Após apresentações feitas pelo representante da KPMG e pelo Sr. João Vinícius Santana, os membros presentes do Conselho de Administração examinaram, discutiram e opinaram favoravelmente, acerca das informações contábeis intermediárias (ITR), individuais e consolidadas, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2026, acompanhadas do relatório de administração do 1º trimestre/2026. **Encerramento:** Fica consignado que os materiais submetidos e discutidos nesta reunião ficarão arquivados na sede e no portal de governança da Companhia. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela mesa e por todos os conselheiros presentes. São Paulo, 13 de maio de 2026. **Mesa:** **Paula Melo Suzana Gomes** - Presidente; **Luiza Andrade** - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** **Paula Melo Suzana Gomes**; **José Luiz Junqueira Simões**; **Dayane de Souza Duarte**; **Roberto Cornette Marques**; **Rui Willig**; **Marcos Prado Trojyo**. **JUCESP** nº 254.385/26-6 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



União Química
farmacêutica nacional S/A

Companhia Aberta

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
CNPJ/ME nº 60.665.981/0001-18 | NIRE 35.300.006.658

Ata de Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 12 de Maio de 2026

Data, Hora e Local: Realizada em 12 de maio de 2026, às 10:30h, única e exclusivamente em ambiente virtual, por meio de videoconferência na plataforma *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"). **Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do § 3º do artigo 11 do Regulamento Interno do Conselho Fiscal, face a presença da totalidade dos membros titulares do Conselho Fiscal. **Presença:** Presentes todos os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, **João Vinícius Santana Santos Silva** - Gerente de Contabilidade, **Roberto Dorsa Crestana** - CFO, **Vitor Leonardi Roselli** - Gerente de Planejamento Financeiro, **Thais Rodrigues Engels** - Gerente Jurídico Corporativo, **Luiza Andrade** - Coordenadora Governança Corporativa, e os auditores independentes da KPMG: **Fernando Rogério Liani** e **Lucas Ferreira Miziara**. **Mesa:** Presidida pelo Sr. **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos** e secretariada pela **Luiza Andrade**. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar acerca (i) das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 1º Trimestre/2026 e (ii) da Eleição do Presidente do Conselho Fiscal. **Deliberações:** Feitas as discussões relacionadas às matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal deliberaram o quanto segue: (i) após as apresentações feitas pelo representante da KPMG e pelo Sr. João Vinícius Santana, os membros do Conselho Fiscal examinaram, discutiram e opinaram favoravelmente, de forma unânime, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, acerca das informações contábeis intermediárias (ITR), individuais e consolidadas, referentes ao período encerrado em 31 de março de 2026, acompanhadas do relatório de administração do 1º Trimestre/2026. (ii) foi candidato à Presidência do Conselho Fiscal, o Sr. **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos**, atual presidente. Colocado em votação, os Conselheiros reelegeram, por unanimidade de votos, o Sr. **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos** como presidente do Conselho Fiscal. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho Fiscal da Companhia agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela mesa e por todos os conselheiros presentes. **Mesa:** **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos** - Presidente e **Luiza Andrade** - Secretária. Conselheiros Presentes: **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos**, **Robson Tuma** e **Juarez Raniero Fonseca**. São Paulo, 12 de maio de 2026. **Mesa:** **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos** - Presidente; **Luiza Andrade** - Secretária. **Membros do Conselho Fiscal:** **Geraldo Thadeu Pedreira dos Santos** - Membro Efetivo e Presidente do Conselho Fiscal; **Robson Tuma** - Membro Efetivo do Conselho Fiscal; **Juarez Raniero Fonseca** - Membro Efetivo do Conselho Fiscal. **JUCESP** nº 254.383/26-9 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

VYTTRA DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/MF 00.304.728/0001-48 - NIRE 3530052997-9
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas: atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2025 e 31/12/2024. A Diretoria.							
Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado			
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	3.770	2.787	Fornecedores	12	19.411	12.205
Contas a receber de clientes	5	42.304	33.809	Adiantamento de clientes	24	1.685	1.364
Estoque	6	35.749	44.007	Financiamento à importação operacional	13	28.025	26.547
Impostos e contribuições sociais a compensar	7	4.108	7.005	Empréstimos e financiamentos	13	17.018	23.433
Depósitos judiciais	25	270	1.999	Passivo de arrendamento	11	1.719	1.066
Outros créditos	8	103	-	Obrigação trabalhista e previdenciária	14	6.940	10.218
Ativo disponível para venda	10	38.435	39.355	Obrigações tributárias	15	2.442	4.602
Total do ativo circulante		124.739	128.962	Tributos parcelados	15.1	10.232	10.396
				Total do passivo circulante		87.472	89.831
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	263	-	Empréstimos e financiamentos	13	38.044	39.896
Direito de uso	11	3.841	1.535	Passivo de arrendamento	11	2.237	626
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSL	15.2	17.854	17.801	Obrigação trabalhista e previdenciária	14	6.049	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	4.511	1.223	Obrigações tributárias	15	1.441	-
Partes relacionadas	8	515	337	Tributos parcelados	15.1	11.331	17.260
Outros créditos	-	663	-	Provisões para demandas judiciais	16	851	723
Total do realizável a longo prazo		27.647	21.559	Total do passivo não circulante		59.953	58.505
				Patrimônio líquido			
Permanente				Capital social	17	1.582	1.388
Imobilizado	9	33.941	31.638	Ações em tesouraria	17	(63)	(18)
Intangível	-	155	38	Reserva de capital	17	17.216	17.216
total do permanente	-	34.096	31.676	Reservas subvenção de investimento		38.084	34.320
Total do ativo não circulante		61.743	53.235	Planos de outorga	26	1.283	1.283
				Prejuízo acumulado		(19.045)	(20.328)
Total do ativo		186.482	182.197	Total patrimônio líquido		39.057	33.861
				Total do passivo e patrimônio líquido		186.482	182.197

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)							
	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de subvenção de investimento	Reserva de capital	Planos de outorga	Lucro (prejuízos acumulados)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.387	-	31.354	17.216	1.276	(12.250)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	(5.112)
Aumento de capital (01/2025) - Eventos subsequentes de 12/2024	17	1	-	-	-	-	-
Aumento de capital (01/2025)	17	-	-	-	-	-	-
Recompra ações em tesouraria (10/2024)	17	-	(1)	-	-	-	-
Recompra ações em tesouraria (12/2024)	17	-	(17)	-	-	-	(1)
Atualização de Planos de Outorga (2024)	26	-	-	-	7	-	7
Constituição de Reserva de Subvenção de Investimento (2024)		-	-	2.966	-	-	(2.966)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.388	(18)	34.320	17.216	1.283	(20.328)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	4.054
Aumento de capital (01/2025)	17	194	-	-	-	-	-
Recompra ações em tesouraria (01/2025)	17	-	(22)	-	-	-	-
Recompra ações em tesouraria (02/2025)	17	-	(22)	-	-	-	(22)
Recompra ações em tesouraria (07/2025)	17	-	(1)	-	-	-	(1)
Constituição de Reserva de Subvenção de Investimento Finep (07/2025)		-	-	993	-	-	993
Constituição de Reserva de Subvenção de Investimento (2025)		-	-	2.771	-	-	(2.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.582	(63)	38.084	17.216	1.283	(19.045)

1. Contexto operacional: As demonstrações financeiras da Vytttra Diagnósticos S.A. ("Vytttra" ou "Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram revisadas e aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026. Constituída como uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil, a Vytttra está presente há mais de 25 anos no mercado nacional, tem sua sede no município de São Paulo - SP, 1 planta fabril e 1 prestadora de serviços localizadas no município de Bragança Paulista - SP e 1 centro de distribuição localizado em Extrema - MG. A Vytttra atua com destaque no mercado de diagnóstico laboratorial, concentrando suas operações nas linhas de Hematologia, Bioquímica, VHS, Imunologia (CLIA, ELISA e IFA) e Glicada (HPLC). Seu portfólio atende de forma abrangente a hospitais, laboratórios, clínicas e bancos de sangue em todo o território nacional. A Companhia possui uma forte presença tanto no setor público quanto no privado, adaptando seu modelo de negócio para atender desde grandes licitações e contratos institucionais até demandas customizadas de redes particulares. No cenário competitivo, a empresa posiciona-se entre os grandes players globais de tecnologia médica e diagnóstica. Sua fábrica é uma das mais modernas para a produção de reagentes e equipamentos para diagnósticos de uso "in vitro", contando com mais de mil itens produzidos nos seus 8.000 m² de área total. Além de sua produção própria em sua planta fabril, a Vytttra representa os melhores fornecedores nas especialidades de hematologia, bioquímica, VHS e imunologia (ELISA, CLIA, IFA e testes rápidos). Possui como atividades a importação e exportação dos produtos e mercadorias, a comercialização de reagentes e equipamentos de diagnóstico "in vitro", a prestação de serviços técnicos e a assessoria científica, atuando em todo o território nacional no atendimento de hospitais, laboratórios, clínicas, bancos de sangue e farmácias. A equipe Vytttra é composta de mais de 236 colaboradores entre administrativo, comercial, assessores técnicos, pesquisadores e especialistas em todas as linhas de produtos produzidos e mercadorias comercializadas e seus principais diferenciais competitivos são: amplo portfólio de produção, fabricação própria de reagentes, capilaridade de atuação no mercado nacional e capacidade constante de inovação. De acordo com dados da Câmara Brasileira de Diagnóstico Laboratorial (CBDL), a Vytttra consolidou-se como uma das principais referências no setor de diagnóstico "in vitro", detendo a liderança de mercado no segmento de Hematologia. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos, seja por meio da geração de caixa de sua operação, de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras, seja por meio de aporte de seus investidores, para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, a qual contempla a realização de todas as principais referências de passivos no curso normal dos negócios. **2. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos passivos relacionados a instrumentos de dívida e pelos ativos tributários relacionados a depósitos judiciais e restituição de créditos fiscais, os quais foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior, estão apresentadas em reais, representando o principal ambiente econômico no qual a Companhia atua e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo.

2.2. Mensuração do valor justo - A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo utilizando técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos passivos idênticos se comercializados sob condições semelhantes à data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é proveniente da produção, venda, locação ou prestação de serviços de equipamentos, todos para diagnósticos de uso "in vitro". A receita de contrato com cliente é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações e é reconhecida quando: (i) O valor da receita puder ser mensurado de maneira confiável; (ii) Os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade do produto e da mercadoria, ou a propriedade, posse e prestação dos serviços de equipamentos forem transferidos e executados ao cliente; (iii) Seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e; (iv) Os custos associados e a possível devolução de produtos, mercadorias e equipamentos puderem ser estimados de maneira confiável. 2.3.1. Contas a receber de clientes - Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente, ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido. As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da receita de contrato com cliente deduzida dos tributos de retenção na fonte, quando aplicáveis, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que a Companhia não receberá todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. 2.3.2. Subvenções Governamentais - Subvenções Governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a uma despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação à respectiva despesa cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferido no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. 2.4. Tributos 2.4.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes - Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado onde a Companhia opera e gera lucro tributável. A Companhia aplica as projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. 2.4.2. Tributos diferidos - A Companhia reconhece os tributos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor, além da constituição sobre prejuízo fiscal e base negativa. A Companhia revisa regularmente os tributos diferidos em termos de possibilidade de recuperação, e os reconhece contabilmente somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis suficientes ou existam outras evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados. Ao avaliar a recuperabilidade dos tributos diferidos de ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da Companhia de que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributo (e/ou tributária) que foram promulgadas na data do balanço. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outras fins e são contabilizados pelo seu valor de fato. 2.6. Mensuração subsequente. 2.6.1. Estoque - Os estoques são avaliados pelo método do custo médio de aquisição e estão demonstrados pelo menor valor entre o custo histórico de aquisição e o valor líquido de realização, ou seja, valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados para realizar a venda. 2.6.1. Provisão de obsolescência de estoques - As provisões para perdas nos estoques são contabilizadas considerando sua baixa rotatividade, obsolescência ou prazo de vencimento e são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia, conforme políticas de estoque da Companhia. 2.7. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e qualquer perdas acumuladas por redução de valor recuperável (impairment). Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Todos os demais custos de reparo e manutenção, são reconhecidos em resultado, quando incorridos. A depreciação é reconhecida em resultado e calculada com base no método linear ao longo da vida útil dos ativos, a seguir apresentada:

	Vida útil em anos	
	2025	2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	5	5
Equipamentos de informática	5	10
Ferramentas	10	10
Edificações	25	25
Benefitória em imóveis de terceiros	3	3
Projetos em andamento (i)	-	-

(i) A Companhia obteve Subvenção Governamental no fim do exercício de 2023 e também em 2025, relacionada a projeto de inovação, o qual iniciou em 2024 e que está sendo imobilizado sobre a rubrica "Projetos em andamento". O início de sua depreciação ocorrerá quando da conclusão do projeto e começo da fruição dos benefícios pela Companhia, resultantes desse projeto.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Durante o exercício de 2025, não houve alterações nas vidas úteis praticadas, quando comparado com o exercício de 2024. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixo custo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado, na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais. 2.8. Ativos financeiros - 2.8.1. Reconhecimento inicial e mensuração - Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. 2.8.2. Mensuração subsequente. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. 2.8.3. Desreconhecimento - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativa a um terceiro nos termos de um contrato de "repasse"; e (iii) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem retene substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. 2.8.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, ou seja, quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa do contrato. 2.9. Passivos financeiros - 2.9.1. Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, arrendamento mercantil (aluguéis), empréstimos e financiamentos e parcelamentos tributários. 2.9.2. Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são reconhecidos ou a valor justo por meio do resultado, cujos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando baixados, ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrantes

do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. 2.9.3. Desreconhecimento - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 2.10. Instrumentos financeiros derivativos - 2.10.1. Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio relativos a moedas estrangeiras sobre as compras internacionais. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos derivativos durante o exercício são registrados nas demonstrações de resultado. 2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. 2.12. Ativos não financeiros - A Companhia considera os ativos não financeiros como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, descontados a uma taxa incremental de juros. Considerando a definição da norma, a Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros real, ajustadas ao risco de crédito da arrendatária. A Companhia definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data de assinatura do contrato, tendo em vista que passa a controlar aspectos operacionais do imóvel a partir desta data. O prazo de arrendamento utilizado está de acordo com o prazo residual de cada contrato, exceto quando tais contratos estejam próximos ao vencimento (um ano), quando então será considerado um prazo adicional de renovação ao prazo do contrato.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 e normas emitidas, mas ainda não vigentes -

Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Empresa avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Empresa está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação de demonstrações financeiras, incluindo a divulgação do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação de riscos dentro do âmbito de aplicação dos requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
1º de janeiro de 2026	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos totais e subtotais de demonstrações financeiras e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidência.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

3.1. Julgamentos - No processo de aplicação das políticas contábeis, a Companhia fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: i) **Tributos** - Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Companhia é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.2. **Estimativas e premissas** - As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza sobre outros fatores qualitativos nas demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir: i) **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato** - A Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato é constituída com base em títulos vencidos a mais de 91 dias, se em qualquer cliente, for verificado que o valor vencido é maior que o valor pago pelo cliente nos últimos 180 dias. Todo o valor a receber "vencido + a vencer" desse cliente é então provisionado ("efeito vagão"), bem como outros títulos vencidos e a vencer de clientes onde a Administração já possui expectativas de perdas. Além destes fatores, são considerados outros fatores qualitativos na determinação das perdas esperadas no recebimento com clientes. ii) **Provisão para perdas na realização dos estoques** - A provisão para perdas na realização dos estoques é constituída baseada na política de estoque da Companhia, a qual considera (i) o baixo giro do item, (ii) a obsolescência, (iii) o prazo de validade, sendo que os vencidos em até 2 meses são provisionados e (iv) análises de performance e qualidade, atendendo às exigências das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. A Companhia provisiona ainda os impactos tributários decorrentes da possível perda desses estoques. iii) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - A Companhia reconhece a provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da Companhia se a provisão considera a probabilidade de perda avaliada pelos seus assessores jurídicos e/ou a hierarquia das leis, jurisprudências predominantes, decisões administrativas e judiciais recentes e sua relevância no ordenamento jurídico.

4. Caixa e equivalente de caixa	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	413	1.217
Aplicações financeiras	1.730	81
Finep	1.627	1.489
	3.770	2.787

Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais e refletem as condições usuais de mercado, estão substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), podendo ser convertidas em caixa em data inferior a 90 dias da data da contratação, sem perda significativa no rendimento pactuado. O rendimento médio líquido em 2025 foi de

		31/12/2025		31/12/2024	
Taxa anual de depreciação - %		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo
		10%	60.781	(39.664)	21.117
Máquinas, aparelhos e equipamentos		10%	653	(215)	438
Móveis e utensílios		20%	7.975	(5.254)	2.721
Equipamentos de informática		10%	114	(60)	54
Ferramentas		4%	8.304	(1.800)	6.504
Edificações		33%	147	(14)	133
Benefitórias em imóveis de terceiros			2.974	1.462	-
Projetos em andamento			80.948	(47.007)	33.941
				68.640	(37.002)

A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi:				
	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Equip de inf	
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.623	611		
Baixas	(3.130)	(23)		
Adições	761	61		
Transposição de estoques	11.608	4		
Reclassificação disponível para venda	920	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	60.781	653		
	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Equip de inf	
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(31.298)	(160)		
Baixas	989	68		
Adições	(9.355)	(123)		
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(39.664)	(215)		
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	19.325	451		
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	21.117	438		
A linha transposição de estoques se refere a destinação de máquinas, aparelhos e equipamentos de estoques para				



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/09A7-4FE1-6BEA-4ABA> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 09A7-4FE1-6BEA-4ABA



Hash do Documento

591F13C632A8F7E3D5FCF7F8160EDCCD1D5F4EC9150BB6DF0331DE19CB96BCA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/06/2026 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -
39.732.792/0001-24 em 27/06/2026 02:24 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646856 Longitude: -46.556301 Accuracy: 124
IP: 172.16.4.41
AC: AC Certisign RFB G5

